



VERGONHA DE CENSURAR: A IRRACIONALIDADE DA CENSURA

Fábio de Godoy Del Picchia Zanoni*

Universidade de São Paulo - USP

zanonifabio83@gmail.com

RESUMO : A censura parece não apenas mobilizar modicamente o interesse dos pesquisadores, como também servir de analisador fulcral das dinâmicas culturais *latu sensu*. No entanto e apesar da reposição da centralidade do tema da censura, o ato censório costuma ser perspectivado como jurídico, estatal e, acima de tudo, irracional. Partindo dos ditos e escritos confeccionados no interior de regimes políticos marcados pelo autoritarismo e pelo viés religioso, tanto no Brasil e em Portugal, o presente artigo pretende mostrar como uma nova abordagem focada na racionalidade e na produtividade da censura não se faz apenas possível, mas, sobretudo, desejável para a ampliação da compreensão das práticas culturais na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Censura – Irracionalidade – Foucault – Brasil – Portugal.

SHAME OF CENSURE: THE IRRATIONALITY OF CENSORSHIP

ABSTRACT : Censorship seems not only mobilize modestly the interest of researchers, but also serve as a central analyzer of cultural dynamics *latu sensu*. However, and despite the restoration of the centrality of the issue of censorship, the censorial act tends to be viewed as legal, state and, above all, irrational. Based on dictates and writings made within political regimes marked by authoritarianism and religious bias, both in Brazil and Portugal, this article aims to show how a new approach focused in rationality and productivity of censorship is not only possible, but, above all, desirable to expand the understanding of cultural practices in contemporary times.

KEYWORDS: Censorship – Irrationality – Foucault – Brazil – Portugal.

INTRODUÇÃO

Em vários momentos históricos, a literatura floresceu sob regimes despóticos, mas, tal como já muitos sublinharam, os despotismos

* Possui graduação em Filosofia e em licenciatura pela Universidade de São Paulo, mestrado em Estética pela Universidade Nova de Lisboa, doutorado em História da Educação pela Universidade de Lisboa e pós-doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo.

do passado não eram totalitários [...] O que é novo no totalitarismo é que as respectivas doutrinas, além de incontestáveis, são também instáveis. Têm de ser aceites, sob pena de anátema, mas, por outro lado, são sempre suscetíveis de alteração de um momento para o outro [...] o totalitarismo, porém, ao invés de uma era de fé, promete uma era de esquizofrenia. Uma sociedade torna-se totalitária quando a respectiva estrutura se torna manifestamente artificial.
George Orwell – Livros e Cigarros

Em 1992, na revista portuguesa *Arte*, a céu fechado, os inconvenientes dos antigos procedimentos da censura formigam no decorrer das entrevistas concedidas por diretores de cinema que viveram e produziram filmes ao longo dos anos da ditadura portuguesa.

Após descrever a atmosfera de medo reinante no regime salazarista, o cineasta Antônio de Macedo promulga as astúcias de que se valia para driblar os ditames do regime ditatorial: depois de ganhar o festival de Veneza, o que significava visibilidade internacional – um dos motes centrais do fascismo português –, seu filme foi aprovado pelos censores. No entanto, uma vez levado às cordas, o regime reagiu, enviando um censor da PIDE ao Festival.¹

Nessa pequena anedota, acompanhamos dois mecanismos: de que modo 1. o bloqueio legal era dispendioso aos cofres do Estado (quando não há uma modalidade de autogoverno coincidente com seus interesses, é preciso custear uma figura de autoridade exterior para cada cidadãos) e 2. politicamente ineficaz (o obstáculo jurídico, apoiado no par permitido/proibido, não consegue atingir o nível da produção, mas limita-se ao cerceamento do objeto pré-existente; nesse caso, a exibição do filme subversivo).

Na mesma edição da revista, um segundo cineasta, Eduardo Geda, dá continuidade à crônica das resistências em face dos desmandos da censura. Ele conta-nos como construía imagens nas quais o visível remetia para o invisível, de modo que a sirene dos censores não fosse disparada e, ao mesmo tempo, não houvesse prejuízo da mensagem veiculada. Outra descrição da desvantagem tanto econômica quanto política inerente à ativação da censura oficial. Os censores padeciam de falibilidades técnicas, e

¹ MACEDO, Antônio de Mesa Censoria 3. *Revista Arte* 7, 1992, p.42-49.

não eram capazes de detectar a mensagem subjacente, fosse pela sagacidade do artista na construção do objeto fílmico, fosse pela miopia cognitiva do censor.²

Já no tempo de Pombal, não raro, encadernavam-se livros proibidos com títulos diferentes, nos quais se introduziam livros censurados, no meio, no miolo, dos permitidos: imagens-fachada, portanto.³

Ora, ainda que imaginemos a censura ideal, na qual todos os diretores de cinema executassem à risca as expectativas do Estado, a censura oficial explícita seria contraproducente em si, pois produziria a apetência à contestação que pretendia desarmar. Por último, o cineasta João Mendes explica-nos o processo de erotização do objeto censurado:

E todas as ocultações oficiais são indesejáveis, porque, ao criarem objetos proibidos, suscitam sobre eles uma atenção artificialmente motivada. [...]. Os interditos transformavam produtos correntes em bens raros e a raridade tornava-os preciosos.⁴

Prepotência de narrativas retrospectivas a cantarem vitória sobre os cadáveres putrefatos de inimigos há muito soterrados? Talvez. Porém, algumas considerações trazidas à baila em plena ditadura militar brasileira, mais especificamente em 1968, atestam como a desconfiança em relação aos poderes da censura oficial remontava à antiga data. Desde essa altura, autoridades ligadas à censura estatal já bradavam a atenção para o fato de que tais poderes de erotização das operações de mutilação e de proscrição do objeto fílmico terminariam por promovê-lo publicitariamente, avultando altíssimo valor a filmes que feneceriam em pouco tempo.

Ainda no mesmo ano, mereceria as páginas do jornal o risco de improdutividade do efeito bumerangue da censura:

Acabaremos tendo, perfeitamente institucionalizado, um grupo de autores a produzir especialmente com o objetivo de merecer as graças de uma proibição e a natural publicidade que decorre do fato. É uma publicidade gratuita.⁵

A acatar o sobredito, a censura não despencaria de cima para baixo. Antes, ao encher a boca de denúncia das arbitrariedades da censura, os artistas mais não fariam

² GEADA, Eduardo, 1922. Mesa Censoria 3. **Revista Arte** 7, 1992, p.42-49.

³ RODRIGUES apud, Graça Almeida. **Breve história da censura literária em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p.30.

⁴ MENDES, João. Mesa Censoria 3. **Revista Arte** 7, 1992, p.42.

⁵ O JORNAL. Polícia e bom senso. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1968.

que esconder, sob as altissonâncias do berro, a vontade silenciosa de autocensura, sem a qual o público não teria comprovado, de pronto, o suposto altíssimo valor do objeto artístico. É bem verdade que talvez essa descrição nada honrosa da autocensura envergonhada de certos artistas preocupados tão somente com a promoção pessoal fosse outro meio de neutralização do poder de contestação da classe artística.

De todo modo, uma coisa era certa: a autocensura constituiu um procedimento habitual entre censores direta ou indiretamente vinculados à produção de filmes. Intimamente associado a Luis Carlos Barreto, produtor do filme *Terra em Transe*, Romero Lago não teria proibido o filme de Glauber Rocha pelos interesses da pátria. Ao proibir a exibição e assinar a liberação do filme logo em seguida, Romero Lago conferia-lhe uma promoção gratuita, e muitos dos espectadores – que, em condições normais, jamais o veriam – fraquejavam diante da tentação do pecado da transgressão do proibido e compravam ingressos.⁶ Portanto, Romero Lago fazia parte desses censores-empresários dispostos a censurar os próprios filmes no intuito de aumentá-lhes a lucratividade.

Outra fraqueza da censura situava-se em ela não tirar proveito do objeto provisoriamente escanteado do campo social. É claro, nenhum objeto censurado permaneceria na sombra *ad aeternum*. Mais dia, menos dia, inevitável e implacável, revolveria o recalco, restando aos censores tomarem nota de sua falta de destreza para arrebatarem proveito do objeto que se tornaria política e economicamente aproveitável em mãos alheias:

Em termos liberais, a censura é uma atividade que pretende mais do que pode realizar. Os exemplos clássicos incidem sobre grandes obras, tidas eventualmente como imorais, e que, com o correr dos tempos, transformam-se em elemento de orgulho nacional.⁷

A defasagem entre o investimento em operações de banimento e a reapropriação por épocas futuras do objeto banido não era, da missa, um terço. Ainda que imaginássemos uma censura capaz de não atribuir nenhum mais valor ao objeto censurado, ainda que a censura se envergasse poderosa o suficiente para excomungar o objeto censurado até o fim dos tempos, a inquietação dos censores quanto à eficácia do gesto censório não se esgotaria no cálculo dos prós e contras dos efeitos da censura

⁶ VIANNA, Moniz. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1968.

⁷ JORNAL DO BRASIL, 1961.

sobre o objeto censurado, pois também a relação dos sujeitos consigo não passaria imune à reconfiguração dos hábitos de socialização nascidos no bojo de um tecido social costurado pelas mãos dos censores. Diretor da central católica de cinema no Brasil, o padre Guido Logger tremia diante das excessivas intervenções da censura, porque entrevia, no abuso dela, o ensejo para a construção de subterrâneos sociais onde a produção da verdade ganharia tamanha força de corrosão das estruturas basilares da sociedade que o sistema securitário da nação não resistiria quando fosse chegado o dia da erupção:

Onde há estupidez censorial, queima de livros, a Literatura passa escrita à mão, o Teatro é levado às adegas e os filmes passam para a garagem. A cultura cresce nos subterrâneos como a fé nas catacumbas romanas.⁸

Que claro fique: descontadas as diferenças políticas, artistas e censores, ao discorrerem sobre o papel social da censura, pensavam o funcionamento dos diferentes sistemas de atribuição de valor e desvalor à obra artística.

De supetão, então, arrisco-me a afirmar que o problema da censura nunca se resumiu ao par permitido/proibido, o sim e o não do censor não sendo mais do que peças pertencentes a sistemas mais amplos de valorização e desvalorização de obras fílmicas – e, conseqüentemente, de valorização e desvalorização do lugar do espectador e do produtor de narrativas cinematográficas. Mas, antes de palmilharmos o problema da atribuição de irracionalidade à censura, cumpre seguir a pista aberta pelo anedotário de condutas e contracondutas, pois foi à luz dele que se pôde começar a percorrer paisagens discursivas pouco visitadas nas conversações sobre censura.

Feitas as contas, o que há anedotário de condutas e contracondutas a não ser a afirmação de a censura, perspectivada pelo viés jurídico e estatal, primar pela ineficiência nos idos das ditaduras portuguesa e brasileira? E, no entanto, apesar do enxame de afirmações zombando da improdutividade da censura estatal e jurídica, a convicção de a censura ter limitado-se aos dois planos é amplamente partilhada e comumente disseminada tanto por pesquisadores quanto não pesquisadores. É o difundido hábito de comprimir os mecanismos de regulação social, mobilizados nas diferentes épocas, no estreito calendário dos regimes de governo. Explico-me. Trata-se de uma forma de análise que tenta instituir marcos políticos bem definidos e

⁸ BOLETIM TELEPAX, 23 de fevereiro de 1968.

universalmente válidos para o tecido social, bem como reza que, ali, onde houver democracia, haverá uma determinada orquestração de sociedade e onde comunismo, outra completamente diferente, quando nunca se deixou de prolongarem, em verdade, prováveis continuidades no exercício dos mecanismos de regulação da conduta entre regimes de governo situados no mais das vezes como antípodas.

Tudo se passaria, então, como se a família comunista nada tivesse que ver com a capitalista, a escola capitalista nenhum parentesco com a fascista, prisões e hospitais capitalistas não pudessem sequer receber o mesmo nome de prisões e hospitais anarquistas, a maneira de vestir, a alimentação, o cinema, a censura e a educação, tudo seria radicalmente diferente, caso estivéssemos a viver em Lisboa na manhã do dia 26 de abril de 1974. Esse vezo escolar vem solidificando a crença de dar-se à mercê dos diferentes regimes de governo a modificação global do tecido social. Portanto, é a lógica da calendarização dos regimes de governo a quem devemos pedir contas pelo fato de os adjetivos – anarquistas, capitalistas, comunistas – densificarem mais peso do que os substantivos – família, escola, hospital, cinema. Tal laminação, que visa vincar uma linha divisória invencível entre dois modelos de sociedades rivais, costuma aplicar-se igualmente ao presente objeto de análise. Em suma, a eliminação do adjetivo estatal implicaria o imediato desaparecimento da censura, ou, o que vem a redundar no mesmo, a ausência do qualificativo estatal teria, como contrapartida necessária e evidente, o apagamento do substantivo censura.

Acontece que o quadro matricial da censura sequer foi o Estado. Coube à igreja o papel de sofisticação, sistematização e espraiamento do uso da censura como mecanismo de controle social. Sucedeu que a censura, tal como outras tecnologias de regulação social, foi apropriada por diferentes instâncias. O Estado não inventou a censura, não obstante tenha sido o canal pelo qual ela escoou para dentro das terras lusitanas.

Portanto, não foi a igreja que introduziu em Portugal a Inquisição, mas sim o Estado, o que aliás se prova com a relutância de Roma em legalizar o Santo Ofício criado por Dom João III, pois a aprovação da Santa Sé apenas surgiu após vários anos de negociação e – note-se bem – foi consequência de uma solicitação expressa do monarca.⁹

⁹ ANSELMO, Arthur. **Camões e a censura literária inquisitorial**. Braga: Barbosa e Xavier, 1983, p.48.

Por isso, a fim de levar a efeito uma história do presente, cumpre levar adiante e ao fim a reformulação foucaultiana, fruto da inversão de um célebre axioma de Claus Von Clausewitz, que afirma que a “política é a continuação da guerra por outros meios”.¹⁰ O próprio Salazar só defendia o caráter improdutivo da violência em virtude da possibilidade de obter “os mesmos fins por outros meios”.¹¹ Era o que Salazar mencionava ao levantar a possibilidade de uma eventual dissolução da censura Estatal:

E quanto à censura... – ousou insinuar. Se é possível por imposição do meio social, da educação dos indivíduos e da auto-disciplina da Imprensa, chegar à compreensão e realização do interesse geral sem intervenção da autoridade, não há razão para existir a censura.¹²

Não se trata de inverter os sinais e de afirmar, à contramão dos dizeres de boa parte das historiografias portuguesa e brasileira, que esferas sociais raramente associáveis à censura teriam estabelecido cumplicidades secretas com os poderes ditatórias e econômicos contra os quais seria suposto guerrear. O gesto genealógico exige, no entanto, o abandono de narrativas teleológicas que nos induzem a acreditar, de maneira aproblemática, que outros tantos dispositivos de poder circulados nas escolas e na mídia representariam tão somente invariantes históricos frente aos quais nada nos restaria a fazer senão militar pela concretização de suas potencialidades, sempre balsâmicas, impedidas de realizarem-se plenamente por ditames históricos de natureza econômica ou política. Nesse sentido, vale a pena trazer à baila as palavras de Foucault, pois elas calibram o tipo de endereçamento à história do qual o presente percurso de investigação é signatário e herdeiro:

A humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, na qual as regras substituiriam, para sempre a guerra; ela instala cada uma dessas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação.¹³

Não obstante as diferenças em relação aos meios empregados para corporificar a censura, urge não perder de vista os efeitos últimos de toda a censura, qual seja, a afasia da potência contestatória dos sujeitos contra as autoridades instituídas e reconhecidas como legítimas. É o que dizia taxativamente o diretor de cinema português

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.23.

¹¹ SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos**, volume I. Coimbra: Coimbra Editora, 1932. p.142.

¹² Ibid.,p.143.

¹³ FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II**: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. P.270.

Salvato Teles de Menezes ao dar o seu depoimento na revista *Arte*. Segundo ele, ao fim das discussões que puderam ter lugar sobre a censura no governo Salazar, o pensamento dos intelectuais, incluindo o dele, claro está, poderia impecavelmente ser resumido pelas palavras proferidas pelo poeta francês Théophile Gautier, um dos precursores da vontade de arte pela arte:

Soltai a liberdade. As obras boas combaterão às más. Não admitais outra censura que não seja a opinião pública, que, evidentemente, é um censor severo e contra o qual não se pode dizer nada.¹⁴

Reescrita por Napoleão Moniz Freire, ator e diretor no departamento de teatro da Guanabara, a máxima de Gautier desaguava mais ou menos na mesma foz em terras brasileiras:

A liberdade de expressão sofre, às vêzes, censura. Acontece que, existindo a liberdade de pensamento e a de opinião, não será a censura que irá eliminar a idéia. Uma idéia só poderá ser eliminada quando voar e sofrer o embate da dignidade. Nunca será eliminada pela censura, que somente cria hipocrisias.¹⁵

O Jornal do Brasil passava a defender que a verdadeira censura era a do gosto. E Ariano Suassuna, glosando Raquel de Queirós: a censura tinha que ser exercida no plano da cultura e não no plano policial, para então concluir: “devemos, sim, contratar educadores para assessorar os censores”.¹⁶ Ora, não há dúvida de a censura ter teimado em usar o método mais fácil, a saber, a tesoura, nos idos das ditaduras. Não teria havido, no entanto, outros métodos mais complexos que sequer seriam lidos e entendidos como censura apesar da coincidência de seus efeitos? Daí a pergunta: a censura teria desaparecido completamente do horizonte da contemporaneidade ou teria sido a ideia que temos da censura a arrefecer no presente? Por ora, não há como o saber. O que sabemos é que não se fala das ditaduras sem mencionar, nem que seja em nota de rodapé aligeirada, para não dizer estereotipada, a presença das dinâmicas de censura, ou, o que dá no mesmo, as formas de resistência a ela. Com a inversão da máxima de Clausewitz, não se trata de dizer que toda a realidade cultural presente estaria ainda dominada pela censura. Antes, o que está em jogo é a possibilidade da aproximação

¹⁴ MENEZES apud, Salvato Teles. Mesa Censoria 3. *Revista Arte* 7, 1992, p.43.

¹⁵ Jornal do Brasil, 1968.

¹⁶ SUASSUNA, Ariano. *Diário de Noticiais*. Dom Marcos vê arte com liberdade mas lembra que o homem não é ainda livre, Rio de Janeiro, 21 de março de 1968.

entre realidades raramente avizinhas, como a política e a guerra, a educação e a censura.

Tenho plena consciência de que a aproximação entre a censura oficial estatal e as políticas estético-pedagógicas atuais soará descabida, a despeito do esforço de imaginação política obrado à luz do crivo genealógico. Todos nós, espectadores, estejamos conscientes ou não, somos herdeiros das grades de leitura forjadas entre a década de 1930 e 1950. Com isto, alego que a dicotomização entre censura e educação ainda hoje veiculada por nós pertence à disposição do mobiliário cognitivo construído pelas mais diversas autoridades, desde o Estado, passando pelos críticos de cinema, até os cineclubistas em geral. Por exemplo, o estranhamento diante da hipótese de que se pode rediscutir, em nova chave de leitura, a imbricação entre cinema, censura e educação resulta do paulatino processo de naturalização e interiorização da fraseologia cineclubista, fraseologia assentada em aproximações e separações que, durante longo período, reclamavam explicações; exatamente o feito de Didonet, ao levar a cabo o esmiuçamento da diferença entre censura e orientação moral:



Negativamente, excluímos do conceito Censura, a orientação moral, de origem confessional, dado com relação aos filmes já produzidos e em circulação. Tal trabalho de orientação ou classificação moral dos filmes, nada mais é do que uma crítica ou apreciação sob determinado aspecto, não envolvendo suspensão material da exibição de um filme, nem exclusão física da sala de espetáculos, de um determinado público, nem corte na película e muito menos correções prévias na narrativa.¹⁷

Como tantas outras ponderações na mesma direção, a censura costumava ser inteligibilizada a partir de definições negativas. Vale a pena notar como a orientação moral tinha a particularidade de pretender tomar as rédeas do cinema sem qualquer tipo de modificação direta do material fílmico, excluindo de suas operações interventivas as ações relativas a produção, circulação e exibição. Na ausência de reparos diretos dos pilares do campo cinematográfico, o que restava aos capitães da cultura cinematográfica exceto a intervenção sobre a relação do espectador consigo? Em outras palavras, descontado o âmbito de produção, circulação e exibição, o enfoque dos mediadores não poderia ter sido outro que não a constituição e regulação de sistemas de apropriação de cinema a serem inculcados nos espectadores em formação.

¹⁷ DIDONET, Humberto. Instituição e prática da censura cinematográfica. **Diário de Notícias**: Porto Alegre, 20 de abril de 1958.

IRRACIONALIDADE DA CENSURA?

Na introdução do seu livro *Princípios da Filosofia do Direito*, Hegel lança a seguinte proposição: “o racional é real e o real é racional”.¹⁸ Foucault apropriar-se-á da identificação entre racionalidade e realidade não para fixar novas meditações de cariz ontológico, mas para contornar a ideia de irracionalidade amiúde anexada à leitura de certos acontecimentos históricos e evidenciar como mesmo acontecimentos bárbaros e violentos – à moda dos suplícios descritos em *Vigiar e Punir* – são animados por racionalidades específicas, que visam a determinados objetivos políticos.

Inexplicável, talvez, mas certamente não irregular nem selvagem. O suplício é uma técnica e não deve ser equiparada aos extremos de uma raiva sem lei. (...) a morte-suplício é a arte de reter a vida no sofrimento, subdividindo-a em “mil mortes” e obtendo, antes de cessar a existência, the most exquisite agonies. O suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento. Mas não é só: esta produção é regulada. O suplício faz correlacionar o tipo de ferimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos cm a gravidade do crime, o nível social de suas vítimas.¹⁹

Para analisar o funcionamento do suplício, Foucault não invoca os desmandos do rei-tirano, tampouco o sadismo gélido do carrasco, traz à baila monstruosidades sem monstros: não é preciso haver monstros para que haja acontecimentos monstruosos. Em suma, trata-se de desmentir a afirmação do desacordo de natureza entre violência e racionalidade:

Meu trabalho não tem como objetivo uma história das instituições ou uma história das idéias, mas a história da racionalidade [...]. A racionalidade é um programa que orienta o conjunto da conduta humana [...]. O mais perigoso na violência é sua racionalidade [...] Entre a violência e a racionalidade não há incompatibilidade. Meu problema não é fazer o processo da razão, mas determinar a natureza dessa racionalidade que é tão compatível com a violência.²⁰

É sabido que os argumentos aduzidos para a explicação do funcionamento da censura aportam na ideia de irracionalidade pela alegação da inferioridade intelectual dos censores (eles seriam burros), pela psicologização (eles ainda não teriam superado

¹⁸ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo, Martins Fontes, 2009, p.12.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987, p.31.

²⁰ FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV: estratégia-poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.319.

os tabus vitorianos), pela animalização – eles não teriam mãos, mas patas.²¹ Assim, ao analisar a censura pré-pombalina, presidida então pela igreja católica em 1926, Antonio Ferrão lamenta a obscuridade e ignorância em que se restava pela “supressão das obras notáveis e úteis a cultura”.²² Ora, o plano qualitativo dos conteúdos livrescos importava aos censores. Não faltavam temas proibidos. Consideradas excessivamente eróticas, certas passagens do livro *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, não permaneciam tais e quais, terminaram reformuladas ou suprimidas.²³ Frequentemente, ombro a ombro com a atenção ao plano temático, despontavam preocupações de estilo. Censor literário durante o período de 1707 a 1736 e membro fundador da academia Real de História, Dom António Caetano de Souza tinha alta consideração por questões estilísticas:

Porque sendo este um tempo em que Vossa Majestade tanto favorece as letras com sua Real proteção não se devem imprimir obras que não sejam dignas de estimação dos eruditos.²⁴

E prosseguia:

As palavras descomposturas, despropósitos [...] Ferrabraz de jornal [...] são palavras impróprias de um estilo que não deve ser medíocre mas sublime.²⁵

Censor entre 1824 a 1829, Agostinho de Macedo, por sua vez, dizia que:

O opúsculo de que esta petição trata é de tal natureza e tão bem escrito, são tão sólidas as razões, tão bem deduzidos os argumentos, tão manifesta a boa fé e tão castigado o estilo, que eu o desejaria ter feito.²⁶

Desprezo pelo saber? Que Dom António Caetano de Souza baseie seus pareceres no pressuposto de a cada tema ter de corresponder uma forma de expressão adequada, crença radicalmente cercada de restrições nos séculos XIX e XX, não o transforma em um cavalo de força da ignorância. A julgar pelo que se vê nesses

²¹ PEDROSA, Mário. **Correio da manhã**. Censores, tirem a pata de cima do teatro e do cinema, 24 de março de 1968.

²² FERRÃO, António. **A censura literária durante o governo pombalino**: subsídios para a história do pensamento em Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p.37.

²³ PINHO, Sebastião Tavares de. **Critérios e Métodos de censura na edição dos piscos d'os Lusíadas de Camões e no poema de Senectvte de Lopo Serrão, de 1579**. Ponta Delgada: Universidade dos açores, 1984.

²⁴ RODRIGUES, Graça Almeida. **Breve história da censura literária em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p.52.

²⁵ Ibid., p.52.

²⁶ Ibid., p.55.

pareceres, os censores pareciam ser grandes admiradores das letras e possuírem uma elevadíssima formação intelectual. Isto nos leva a repensar se teria sido, de fato, o desconhecimento da qualidade dos escritos de autores como Voltaire que estivera na base do interdito da circulação de seus escritos, ou, se não teria sido, precisamente, a aguda consciência da potência disruptiva de certos escritos o motor dos vetos perpetrados pela Real Mesa Censória.

Séculos a frente, a justificativa da prescrição de certos textos glosará quase à risca os dizeres dos censores católicos. Contra o professor Jairo de Carvalho, o juiz brasileiro Alberto Gusmão saía, em 1965, em defesa da proibição dos textos de Eça de Queiroz, Aluísio Azevedo, Érico Veríssimo, Jorge Amado, sem deixar de reconhecer, contudo, o valor de obra de arte dos livros desses grandes autores:

O ilustre professor Jairo de Carvalho pensa e fala como poeta e não como educador, o que é perigoso. Não se pretende renovar a velha discussão em torno do obsceno e concluir como concluía Emílio Zola: os livros obscenos são apenas os mal escritos [...] O verdadeiro, o moderno educador, não entra nessa discussão pois encara a manifestação artística do ponto de vista da utilidade social [...] Adota, em educação, orientação pragmática e faz censura para fins pedagógicos, aplicando o princípio consagrado pela moderna pedagogia: há uma ética e uma estética próprias para menores.²⁷

No século XIX, a sombra do Estado em vias de laicização cobria os textos de Voltaire. No século XX, caberá a pedagogia o mesmo papel:

Fazer uma seleção de pessoas capazes, sobretudo de educadores, para fazer censura. Não precisamos de educadores profissionais, especializados. Queriamos o que chamam bons, razoáveis pais de família, com responsabilidade, que conhecem os problemas da infância e dos adolescentes. Eu não gostaria de ter críticos teatrais ou cinematográficos na censura. Eles vêem a arte e passam e passam adiante dos problemas pedagógicos, psicológicos ou éticos.²⁸

Muita água rolou até a censura passar a ser feita em nome de uma educação psicologizada. Por ora, o que importa é notar o fato de a obscuridade e a ignorância de que fala Ferrão não atingirem os próprios censores, nem os indivíduos portadores de licenças emitidas pelos órgãos de censura.

Portanto, vale dizer que certos agentes sociais sobrepunham-se à partilha imposta em seguida aos demais atores sociais, a fim de traçarem a linha divisória entre

²⁷ GUSMÃO, Alberto. **Correio da manhã**. Juiz de Menores defende censura no ensino médio, 07 de julho de 1965.

²⁸ Boletim Telepax, 1968.

permitido e proibido. Longe de ser uma falta de destreza intelectual da parte de desengonçados censores religiosos, é preciso ver nesse gesto de partilha um dos objetivos dos procedimentos de censura, a saber, a formação de monopólios de saber. Isto é, a censura religiosa não errava o alvo e condenava, em uma espécie de trapalhada cognitiva, as obras notáveis da cultura à fogueira da proibição. Isto talvez explique a razão de obras alinhadas às expectativas do Estado terem sofrido o veto da censura – o ponto de partida das acusações de irracionalismo dirigidas por Ferrão à censura religiosa. Um dos autores a compor a lista dos livros proibidos no governo de Pombal, Voltaire não apenas defendia a legitimidade das religiões (o pensador francês não era irreligioso, era anticlerical), como também a subordinação da igreja aos poderes do Estado, espelhando o ideário político do próprio Marquês de Pombal. Se este era a exata materialização dos escritos daquele, o que explicaria o bloqueio dos escritos do filósofo francês?

Certamente, não foi o desconhecimento da qualidade do pensamento de certos autores o disparador das proibições da censura pombalina, tampouco a vontade de libertação e de iluminação da consciência dos cidadãos portugueses atribuídas ao Marquês por António Ferrão, Luiz Soriano e Teófilo Braga, mas a estratégia política consciente de reserva de saberes para poucos, particularmente para o imberbe Estado em vias de laicização. Estamos às voltas de um ponto fundamental. Habitamo-nos à consideração da censura como inimiga dos saberes. É a conclusão a que nos reconduzem exames de livros sobre ela. Na esteira do livro *Os segredos da censura*, poderíamos crer que os censores “sentiam-se felizes por serem estúpidos e ambicionavam moldar o país à sua imagem e semelhança”.²⁹

Nada mais inexato. Nem Salazar, nem Vargas, muito menos seus representantes oficiais consideravam-se estúpidos. Muito ao contrário. Arrogavam-se porta-vozes únicos de verdades redescobertas pelo olhar desinteressado e desprezadas de qualquer interesse particularista. Não à toa, o partido único nunca existiu em Portugal como tal, sendo nomeado de União Nacional e visto como associação sem caráter de partido e, para nosso pasmo, “independente do Estado”.³⁰ A fusão entre soberania nacional e monopólio do Estado também vingou em terras brasileiras a partir

²⁹ PRINCIPE, César. *Os segredos da censura*. Lisboa: Caminho, 1979, p.12.

³⁰ Ó, Jorge Ramos do. *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «política do espírito»*. Lisboa: Editora Estampa, 1999, p.33.

da aceitação de a ascensão de Vargas assinalar o advento de uma “revolução sem o exclusivismo das classes”,³¹ na qual todas as categorias sociais teriam sido contempladas pelo abraço de um Estado reestruturado por uma revolução que, não sendo obrado em vista do benefício de uma classe, ou, ainda, de um grupo, governava á margem dos partidos.³²

A hipótese de os censores terem sido promotores da ignorância não encontra apoio histórico, quer diga respeito à Real Mesa Censória, quer à censura salazarista ou varguista. E não apenas pelas justificações dos censores acima citadas, mas também em virtude da concomitância entre movimentos de censura e implementação de projetos educativos. A instituição da Real Mesa Censória caminhou paralela à criação da Imprensa Régia e à reforma do ensino português. Até mesmo antes da entrada em cena do Marquês de Pombal, quando a Inquisição detinha o monopólio da censura, a Companhia de Jesus – essa espécie de milícia catequizadora subordinada à igreja católica – lutou em prol da criação e da disseminação de escolas, a despeito das inúmeras resistências de uma época que não via com bons olhos a essa instituição. Do mesmo modo, as ditaduras portuguesas e brasileiras lutarão pela formação das escolas de massa, sobretudo como meio de dar cabo ao “monopólio da sabedoria”,³³ sem contar o fato de o serviço de censura de cinema no Brasil ter sido inseparável da taxa cinematográfica para educação popular.³⁴ Em todo caso, a pecha de obscurantista, atribuída aos censores, já tinha caminhado sob o sol. Contra os que maldiziam o controle da imprensa pela igreja católica, acusando os censores de obscurantismo, o autor do livro *Direito contra direito* sentenciava em 1897:

Porém aqui, como nos outros assumptos, a Igreja não aborrece a sciencia, nem tampouco atormenta os gênios humanos, sendo pelo contrário quem os incita, mudando os pulsilames e pequenos em gigantes.³⁵

³¹ VARGAS, Getúlio. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1930/03.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

³² Ibid.

³³ ARQUIVO GUSTAVO CAPANEMA, 1941.

³⁴ VARGAS, Getúlio. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1934/13.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2014.

³⁵ BRAGA apud, Teófilo. **Obras Inéditas de José Agostinho de Macedo, Censuras a diversas obras (1824-1829)**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1901, p.25.

Após a citação de bulas papais favoráveis à imprensa e relatos de alianças bem-sucedidas entre a igreja católica e os cientistas, o autor desferia o golpe letal sobre a insistência dos que situavam a igreja católica entre os amantes das trevas:

Para que se pudesse dizer que o juízo da Igreja sobre a imprensa tyranisa sua liberdade, seria necessário provar que ela não refreia nem dirige simplesmente, senão que lhe nega a liberdade absoluta.³⁶

A afirmação de a censura religiosa nunca se ter contraposto à promoção dos saberes, mas ter visado à sua transformação em gigantes, testemunha de que modo os defensores da censura – laica ou religiosa – não se viam na posição de partidários das trevas (não há sequer menção aos mistérios divinos, tão em reflexões de cunho religioso), mas como advogados da verdade divina. Encurtando razões: era o apreço pelo verdadeiro saber divino que guiava os censores da Igreja de Roma; não era uma vontade obscurantista. Em *Breve história da censura literária em Portugal*, acompanha-se de que modo enunciados anticientíficos não eram associados à mentira no parecer de Dom Antônio Caetano de Souza. O materialismo e o ateísmo representavam os cavaleiros do apocalipse a dizimar as condições de eclosão da verdade:



Quando estes infinitos e incessantes Tratados se empregam em Patologia, Farmácia, Métodos Curativos [...] maior mal fazem ao corpo do que ao espírito. Temos logo uma segura *vade mecum* ao materialismo e ao ateísmo.³⁷

A vontade obscurantista só existe no olhar retrospectivo que rebate os critérios de validação dos discursos científicos da atualidade sobre os discursos religiosos e projeta, no passado, formas normativas de racionalidade que se pleiteiam capazes de medir, a partir de si, a totalidade dos processos históricos de constituição de enunciados que aspiram à validade. A censura religiosa só poderia, então, ser avaliada como uma longa noite de parlapatões sob a luz canonizante dos discursos científicos contemporâneos.

Por sob a irracionalidade da censura, havia, no entanto, mais do que a formação de monopólios de saber. Vejamos. O controle da censura, por exemplo, não se limitava à circulação dos saberes; alcançava os próprios produtores. Vide o dispositivo de reimpressão, sucessivamente aplicado a Camões. Ao longo dos séculos XV e XVI em

³⁶ BRAGA apud, Teófilo. **Obras Inéditas de José Agostinho de Macedo, Censuras a diversas obras (1824-1829)**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1901, p.37.

³⁷ Apud RODRIGUES, Graça Almeida. **Breve história da censura literária em Portugal**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 54.

Portugal, o célebre poema foi submetido quinze vezes ao crivo da censura – 1572, 1591, 1597, 1609, 1613, 1626, 1631, 1633, 1644, 1651, 1663, 1670, 1702, 1721, 1749. Assim, mesmo livros já aprovados, voltavam a ser submetidos ao escrutínio dos censores no momento da reimpressão, a despeito de a diretriz expressa pela própria Real Mesa Censória apontar o procedimento contrário. Intitulado *Dos exames dos livros, e das fuas diferentes especies*, o artigo VI recomendava:

Duas coizas deverão acautelar-fe cuidadosamente e nos fobre ditos Exames: A faber: A precipitação do Juízo, por fer inimigo do acerto: E a repetição dos exames já feitos, por fer contrário ao bom emprego do tempo, que deve, economizar-fe com a maior diligencia em beneficio da melhor expedição dos mefmos exames.³⁸

Como é evidente, a ideia que logo se nos assenta quando pensamos o dispositivo de reimpressão tem que ver com o cuidado dos censores na averiguação do risco de qualquer coisa contrária às expectativas do governo pombalino ter passado despercebido pelo pente fino da censura, especialmente no caso de livros com elevado número de edições e de leitores. No entanto, tendemos a não dar atenção ao fato de a retificação da vistoria retrospectiva dar lugar à contestação dos protocolos de legitimação da censura, dada à confissão de falibilidade da máquina censória. Sendo assim, por que a admissão pública de deslizos pertencia à economia do poder de censurar, malgrado seus riscos políticos? Fundamentalmente, porque cumpria um objetivo estratégico assaz valioso, qual seja, a institucionalização da renovação da licença implicava a interiorização nos escritores de uma autovigilância ajustada às expectativas do Estado, que continuava a funcionar antes e depois de a liberação da publicação do livro ter sido subscrita.

Donde o incitamento à autovigilância contínua não poder simplesmente ser compreendido como aplicação draconiana de normas e regras de conduta. Antes, a autovigilância dos tempos de Pombal resultava de oscilação e inconstância das regras aplicadas na avaliação e na reavaliação do processo de liberação dos escritos, pois o que era aprovado poderia ser desaprovado em seguida. Mais do que burocratas a prescrever tábuas de conduta inamovíveis e impressas em letras maiúsculas, as usinas censórias produtoras de autovigilância foram possíveis graças à sangria de toda e qualquer fixação normativa e ao desencontro entre os guichês fornecedores de coordenadas de conduta. Enfim, a censura não firmava caça à partida de todos os escritos e escritores, mas

³⁸ REAL MESA CENSÓRIA, 1768.

deixava supor a ameaça permanente de revogação retrospectiva das avaliações previamente fixadas.

A censura poderia nunca chegar às vias de fato. Na dúvida, melhor o escritor seguir o caminho da norma. Isto significa que a hiperbolização do autogoverno dependia da criação ininterrupta de situações em que se viam os escritores forçados ao norteio às escuras, no tocante à observação das regras e a atentar mais a seu comportamento que ao que ia dito nos livros, pois que as sucessivas reavaliações alvejavam um conteúdo que permanecia inalterado. Tratava-se da fabricação de situações no interior das quais os escritores nunca soubessem, com segurança, se estavam dentro ou fora da norma.

A apoteose do autogoverno tinha lugar na ordem das coisas exatamente no momento em que a norma poderia ser aplicada de forma totalmente inesperada. Nesse regime de socialização, os escritores eram intimados a manterem consigo uma relação de vigilância sem trégua e a esforçarem-se enormemente para adivinhar as expectativas das autoridades, sem ter em mãos as regras engavetadas que os permitiriam se situarem em relação às expectativas delas. É uma enorme simplificação a suposição de a culpabilidade dos processos de julgamento censório terem início ao fim do julgamento.

Não se ia do processo de avaliação ao parecer favorável ou desfavorável à livre circulação dos livros. O objetivo era instalar no sujeito produtor de narrativas a experiência de um processo sem termo que o levasse a ver a si como eterno censurado em potencial. Em suma, no momento da reimpressão, a censura não apenas reavaliava os textos, mas também reativava o poder censório. O censor não era apenas um procurador empenhado em analisar as qualidades intrínsecas das obras literárias, era um exibidor da força do Estado. Assim, por meio da renovação periódica das cartas de indulto, o autor ganhava consciência de não ser o peso de sua obra o que orientava a pena dos censores. Por mais qualidade e rigor estético que ostentasse a obra e por sobrada admiração que suscitasse nos leitores, o escritor não teria dúvidas a respeito da prevalência das decisões da Real Mesa Censória. O autor não se podia esquecer do enunciado que vinha ao final dos pareceres renovatórios, mesmo naqueles em que a circulação já tivesse sido autorizada: podem-se tornar a imprimir, e, se dar licença para correr, pois “sem ela não correrá”.³⁹

³⁹ REAL MESA CENSÓRIA, 1768.

A indiferenciação e/ou o esconderijo dos protocolos de avaliação da censura parecem ter sido não tanto o mau fruto da irracionalidade dos censores, mas o meio pelo qual as autoridades concertaram a distribuição dos saberes e o comportamento dos escritores. Tanto os censores da Inquisição quanto os da Real Mesa Censória não optaram pela condenação à fogueira da totalidade dos livros ou dos escritores da época, mas deliberaram pela via da administração diferenciada dos saberes, distinguindo os sujeitos que poderiam ter acesso aos livros proibidos (os censores e outros agentes a serviço do Estado) dos que deveriam apenas ter acesso aos livros permitidos (a população em geral), não se tratando nunca de suprimir os saberes e os escritores em bloco, principalmente porque certa pluralidade desarmada de perigos políticos, ainda que supérflua, era indispensável ao funcionamento da censura.

A vanidade de certos saberes favorecia o esconderijo do trabalho da censura e criava certa atmosfera de diversidade e pluralidade que não beliscavam as estruturas de poder. Vai ficando claro como a censura não teve interesse em manter a ignorância de cada cidadão, em particular, para melhor dominar a população, em geral, sobretudo porque a destituição dos sujeitos de qualquer apresentação subjetiva significava a abdicação da gestão política da população, significava deixar nas mãos de outras instâncias sociais a formatação dos processos de subjetivação.

CONCLUSÃO

A censura pombalina – a primeira modalidade de censura assumidamente laica – visava ligar, antes de tudo, os cidadãos a certos enunciados considerados verdadeiros. Disso, é testemunha o lugar e o valor da incredulidade conferido pelos agentes da censura. A fraqueza da crença era sinal incontestado de enfraquecimento das autoridades. É o que nos diz o padre Diniz da Luz ao divagar sobre o clima de descrença que vigorava no Estado Novo Português séculos depois de promulgada a Real Mesa Censória:

No Estado Novo, a censura foi implacável, muitas vezes estúpida, e não conseguiu mais do que isto: fazer que o povo não acreditasse nos jornais nem nos outros meios de comunicação social [...] muita gente ouvia as emissoras estrangeiras [...] e assim sabia perfeitamente o que se passava em Portugal.⁴⁰

⁴⁰ LUZ, Dinis da. **Coisas da censura e um artigo para inquietar toda a gente**. Angra do Heroísmo: União Gráfica Agrense, 1979, p.13.

A descrença era um mal comparável à heresia. Se esta apresentava claramente oposição aos discursos hegemônicos, aquela abria as portas para toda a sorte de vozes estrangeiras discordantes. Pode-se apurar, a partir da fala do padre português, que a censura não era condenável em si, o que se pedia era o fim de seus excessos, tendo em vista que os abusos censórios contribuíam para fazer com que os cidadãos perdessem a confiança nos jornais, cujo resultado nefasto via-se no 25 de abril.⁴¹

A Revolução dos Cravos – o mal a ser evitado – não era consequência da censura, mas efeito do caráter abusivo da censura salazarista e da descrença por ele engendrada. Afinal de contas, por que tanto se fala a respeito da irracionalidade e arbitrariedade das censuras pretéritas, se o grande objetivo delas foi o de atarraxar os cidadãos a certos enunciados cuja pretensão consistia em conter o mundo? Uma primeira resposta é-nos sugerida por Kushnir.⁴² Esse autor afirma que se trataria de uma distorção deliberada cujo intuito é garantir a consolidação do fim da censura. Talvez. No entanto, uma passagem do livro de Joaquim Cardoso Gomes faz pensar em desacordo à hipótese acima:



A viragem para a maturidade da organização censória, que fixamos em 1935, é marcada por sinais fugazes de inquietação no sector católico na Assembléa Nacional a propósito das arbitrariedades da censura.⁴³

A denúncia da arbitrariedade da censura – um dos ramos da suposição de sua irracionalidade – vem sendo o grande disparador de mais e mais censura. E o mais insólito é constatar como o denunciamento em vigor não chegou de fora dos muros das instituições censórias, mas vem sendo uma inquietação vivida pelos próprios organizadores da máquina. Com sua irracionalidade, a censura tanto produziu: monopólios de saber, faróis de Alexandria que se arrogavam o direito de pensar pelos outros, controle da produção de saberes e do comportamento dos escritores, denúncias, mais censura, o presente artigo.

⁴¹ LUZ, Dinis da. **Coisas da censura e um artigo para inquietar toda a gente**. Angra do Heroísmo: União Gráfica Agrense, 1979.

⁴² KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988.

⁴³ GOMES, Joaquim Cardoso. **Os militares e a censura**: a censura à imprensa na ditadura militar e estado novo. Lisboa: Livros horizonte, 2006, p.127.

RECEBIDO EM: 10/05/2016

PARECER DADO EM: 24/10/2016



www.revistafenix.pro.br